

Sarney

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Avisos de Perigo

Os episódios de anteontem na Praça XV partem o vidro da frágil redoma em que se vinha tentando esconder a realidade brasileira. É melhor refletir seriamente sobre o que aconteceu, antes que se passem coisas ainda mais desagradáveis.

Há uma aura de ingenuidade cercando os fatos de quinta-feira — como se ainda estivéssemos na república do General Figueiredo, em que a Presidência era exercida em caráter quase amadorístico por um militar sem nenhuma vocação para a política.

O Presidente Sarney é do ramo — e há longos anos; daí a impressão de irrealidade que envolve o ocorrido. O Governo vem de tomar uma série de medidas impopulares — adotadas já tardiamente. Estamos vivendo o anti-clímax de diversos “cruzados”, num momento de alta insatisfação. E é nesse momento que se programa uma “festa da cultura” para o antigo Paço Imperial.

O presidente tinha direito de comemorar o aniversário da lei que traz o seu nome. Mas o clima das ruas não cheira a cultura, nem a oficialismo. Nesse contexto é que se programou um evento anunciadíssimo sem que se tomasse a menor precaução quanto a um policiamento prévio minimamente competente.

Está aí o resultado: o ônibus do Presidente atingido por um objeto de grande impacto, exatamente no vidro vizinho ao Presidente — que teve sorte ao não ser ferido, como o foram pessoas de sua comitiva. Já é o suficiente para que se fale num atentado: é uma espécie de violência que já transitou do fato político para o criminal.

O martelete que destruiu o vidro do ônibus presidencial deixa à mostra várias coisas que vinha-se procurando ocultar sem sucesso. O Brasil vive uma fase pré-anárquica, de emoções excitadas e mentes confusas. Estamos exatamente no contrapé da euforia do cruzado.

É nesse momento delicado que a autoridade se comporta como se não estivesse à beira da desmoralização. Temos, hoje, uma polícia acovardada, que tem medo de dizer o próprio nome, medo de ser considerada

“repressora”. Nessa abulia generalizada, fica tudo à mercê — é o que parece — de quem grita mais alto. Que democracia é essa onde 200 baderneiros podem colocar em xeque a instituição presidencial?

Estadistas de outras democracias enfrentam, há muito tempo, a eventualidade de um ovo ou de um tomate. Margaret Thatcher passou por isso em sua última campanha. Mas há uma diferença nada desprezível entre um ovo e um martelete. Não tínhamos, até agora, experimentado a manifestação direta nas ruas — desde que se pôs o sol do regime militar. E logo na primeira manifestação contra um Presidente civil chegasse a um assomo de violência que já vai muito além do protesto político.

Isso mostra como ainda temos um estágio a vencer antes de chegar à fuzilaria inócua dos ovos e tomates. Não há gradação possível entre um tomate e uma machadinha. São fenômenos diferentes. A velocidade com que se chega, no Brasil, a um tal rompante de violência deveria servir de ponto de referência para a temperatura da nossa vida política — e para o grau de evolução dos nossos costumes.

A presidência precisa ser respeitada. É uma instituição nacional — como o são as Forças Armadas. Se perdemos de todo o respeito por essas realidades, o que sobrarão além da anarquia?

Mas para que sejam respeitadas, essas instituições têm de possuir também auto-estima suficiente para prevenir o desrespeito. Um Presidente da República tem de saber o que pode e o que não pode fazer. Para isso mantém os seus informantes, seus esquemas de segurança.

A bagunça da Praça XV mostra um preocupante despreparo por parte de todos os envolvidos. Um episódio aparentemente menor pode pôr em risco avanços conseguidos em outros setores. Está na hora de levar a sério a realidade brasileira. A vida política não é um show de televisão — mesmo havendo quem goste de encaminhá-la nessa direção.

Palco da Omissão

MAIS do que a opinião pública, a polícia foi surpreendida pelos acontecimentos da Praça XV.

Os cidadãos estavam cientes da anunciada manifestação de violência, a polícia não tomou conhecimento porque é desatenta. O resultado foi a perplexidade em que ficou: imobilizada pela surpresa, foi incapaz de vencer a inércia.

É aí que a questão da polícia mostra o seu contorno nacional: o medo de ser a lei em ação, isto é, reprimindo o que atentar contra a sociedade e o Estado. Não importa a natureza da ação marginal: seja política ou não, quem afronta a lei e ameaça a ordem pública não pode ter a regalia da impunidade. A polícia hesita diante de qualquer modalidade de crime ou transgressão da lei.

O conceito de polícia, por influência da política, se confundiu com o gesto de passar a mão na cabeça de criminosos e marginais. Difundiu-se equivocadamente a idéia de que o crime tem origem na injustiça social. Uma generalidade piegas e seu fundamento. Em consequência, a defesa da lei, da ordem e da sociedade não pode se estender ao criminoso, ao desordeiro, ao traficante ou ao contraventor. Estendeu-se sobre essa camorra que transita no submundo do crime o manto protetor dos direitos humanos. Pior de forma absolutamente equivocada,

porque se despreza a vítima em nome da condição humana do criminoso, não importa o grau de periculosidade anti-social.

No entanto, é indispensável que a polícia seja enérgica. É da sua natureza. Não quer dizer que os policiais devam agir arbitrária e atrabiliariamente. É preciso saber a hora de entrar em ação e a hora de fazer apenas ato de presença. Mas a autoridade é incompatível com qualquer demonstração de fraqueza, despreparo ou medo. Foi o que se viu nos acontecimentos, seja no noticiário da imprensa, seja nas imagens da televisão, que se desenrolaram na Praça XV.

Os que reclamam da ação ilegal da polícia, como reação igual e contrária ao crime, são os mesmos que não alcançam o significado didático da informação. Os jornais fazem o que é do seu elementar dever para honrar a liberdade: noticiar os fatos como eles se passaram. Nem os excessos, nem as omissões policiais devem ser sonegados ao conhecimento da opinião pública. Nem a polícia precisa praticar excessos, nem a omissão da verdade melhora a situação. A polícia precisa ser diferente do que tem sido, para se tornar outra e conquistar duas qualidades que lhe faltam: a eficiência e o reconhecimento público. Não pode repetir-se a cena da Praça XV, nem qualquer das conexões com o tóxico e com qualquer organização do crime, em qualquer ponto do país.